



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Garantia dos direitos e interesses legítimos dos trabalhadores na cessação da relação de trabalho**

Nos últimos anos, devido ao impacto da pandemia e à detecção de grandes crimes de jogo, o sector do jogo entrou numa fase de ajustamento profundo, o que resultou no encerramento de algumas empresas promotoras do jogo e casinos-satélite, e em vários despedimentos colectivos em grande escala. Recentemente, recebi queixas de muitos ex-trabalhadores de salas VIP de casinos, alegando que foram despedidos em 2021 pelas respectivas empresas, que, no entanto, continuam a ter grande parte das indemnizações por despedimento em atraso. Apesar de terem recorrido à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais e à via judicial para reivindicar as indemnizações, continuam sem receber as devidas indemnizações, o que os deixa bastante desamparados.

A par disso, nos termos do artigo 67.º da Lei das relações de trabalho, o empregador e o trabalhador podem, por mútuo acordo, fazer cessar o contrato de trabalho sem aviso prévio, não sendo devidas quaisquer indemnizações. Segundo se sabe, os referidos trabalhadores, por desconhecimento da lei, aceitaram o “acordo de cessação do contrato de trabalho” proposto pelo empregador, apesar de o acordo prever um determinado valor de compensação. Houve também trabalhadoras grávidas que não conseguiram receber as devidas indemnizações pelo despedimento durante a gravidez. Os referidos trabalhadores sentem os seus direitos



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e interesses laborais gravemente lesados, por isso, esperam que seja dada a devida atenção e importância por parte do Governo.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo vários ex-trabalhadores das salas VIP dos casinos, estes celebraram acordos de revogação de contratos que, por desconhecimento da lei, prejudicaram os seus direitos e interesses laborais. Então, como é que o Governo vai reforçar os trabalhos de divulgação da Lei das relações de trabalho junto dos trabalhadores, para que estes conheçam melhor os seus direitos e responsabilidades? O Governo vai disponibilizar-lhes as devidas medidas de apoio, por forma a ajudá-los a recuperar o montante da indemnização em atraso?
2. O despedimento colectivo em grande escala afecta a estabilidade do mercado de trabalho e a harmonia social, e a indemnização por despedimento afecta a percepção da sociedade quanto à eficácia da lei. O Governo deve aperfeiçoar os actuais mecanismos, no sentido de, em caso de incidentes semelhantes, intervir e alertar, atempadamente, as partes patronal e laboral, salvaguardando-lhes, assim, os legítimos direitos e interesses. Vai fazê-lo?

20 de Janeiro de 2023

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Wong Kit Cheng**